

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO

FAMÍLIA - UM ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA

Virgínia Ciarlini Delgado de Faria

Rio de Janeiro
2003

Caixa
31

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO

FAMÍLIA - UM ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA

Virgínia Ciarlini Delgado de Faria

Orientadora: Professora Dra Maria Angela Monteiro Corrêa

Monografia apresentada a Escola de
Educação da Universidade do Rio de
Janeiro como requisito para a obtenção de
aprovação na Disciplina Monografia II.

Rio de Janeiro

2003

A criança aprende com o convívio

- A criança que convive com críticas
aprende a condenar
- A criança que convive com a hostilidade
aprende a ser agressiva
- A criança que convive com o ridículo
aprende a ser tímido
- A criança que convive com a vergonha
aprende a sentir-se culpada
- A criança que convive com a tolerância
aprende a ser paciente
- A criança que convive com os estímulos
aprende a ter autoconfiança
- A criança que convive com os elogios
aprende a valorizar
- A criança que convive com a integridade
aprende a ser justa
- A criança que convive com segurança
aprende a ter fé
- A criança que convive com a aprovação
aprende a gostar de si mesma
- A criança que convive com a honestidade
aprende a verdade
- A criança que convive com a aceitação e a amizade
aprende a encontrar o amor no mundo

Dorothy Lay Nolte (1982)

Agradecimentos

A todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, colaboraram com este projeto.

E, em especial à minha família, Francisco Eugênio (meu marido) e Gabriel, Daniel e Maria Júlia (meus filhos), fonte de vida de onde tiro forças para prosseguir, apesar de todas as dificuldades e obstáculos.

As minhas irmãs e a Marisa que participaram dessa jornada.

E a minha querida tia Inez que cuidou pacientemente de mim.

Ao meu pai e minha mãe por toda dedicação e carinho.

Ao meu sogro e minha sogra por toda ajuda e apoio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPITULO I - FAMÍLIA - UM POUCO DA HISTÓRIA	
1.1 - Os Sentimentos da Infância e da Família.....	05
1.2 - Formação da Família Nuclear Burguesa.....	13
1.3 - Normas de Conduta Familiar.....	15
1.4 - Família Tradicional - Autoridade e Poder	19
CAPÍTULO II - AS ESTRUTURAS FAMILIARES DO SÉCULO XXI	
2.1 - Uma Nova Divisão do Trabalho.....	22
2.2 - Mulheres e suas Conquistas.....	25
2.3 - Do Casamento ao Recasamento.....	30
2.4 - A Família Brasileira Atual.....	35
CAPÍTULO III- O CONVÍVIO DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS	
3.1 - As Funções da Família.....	39
3.2 - A Ausência dos Pais e dos Limites no Contexto Familiar.....	43
3.3 - A Importância da Auto-Estima.....	46
CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

INTRODUÇÃO

A unidade mais importante de todo o desenvolvimento social da criança é a família. É na família que se estabelecem os primeiros vínculos da criança, e é o lugar onde aprendemos muitos de nossos papéis sociais.

A família tem uma importância essencial no desenvolvimento psicológico, biológico e social da criança. É ali que se desenvolvem as habilidades individuais, a formação de atitudes e de opiniões. Independente do modelo que ela tem, a família pode ser um espaço de afetividade e de segurança, mas pode ser também um espaço de medos, inseguranças e rejeições.

Deixar de ser aluna para se tornar uma educadora, é um momento que possibilita várias reflexões entre elas o relacionamento professor e aluno. Entender quem são estes alunos, o que eles pensam, como vivem e se relacionam com suas famílias. Pensar sobre elas é ter a oportunidade de refletir sobre a origem deles e, o ponto de partida para isso seria entender a família como espaço de convivência dos seres humanos.

O tema "Família", desperta particularmente meu interesse por se tratar do dia-a-dia de toda mulher, como mãe e esposa, vivendo intensamente esse cotidiano.

As famílias sofrem a influência de inúmeros problemas no seu dia a dia, dentre eles os sociais, políticos e econômicos por que passam nosso país. Quando esses problemas estão no âmbito familiar, acarretarão modificações no comportamento da criança, alterando sua vida escolar e afetando negativamente a aprendizagem.

Para entender as transformações que vêm acontecendo dentro da estrutura familiar e as mudanças no comportamento dos seus integrantes é extremamente importante que se compreenda as relações intrafamiliares.

Para abordar o tema, o trabalho foi feito em três capítulos, iniciando com o sentimento da infância e da família, que trata do surgimento do sentimento para com a criança que não existia antigamente e, como consequência o aparecimento do sentimento da família.

A família nuclear burguesa, composta por pai, mãe e filhos solteiros, foi uma das primeiras estruturas familiares. A ordem médica e as normas familiares introduzidas pelos higienistas da época, deram a essa família a imagem ideal, bem diferente da estrutura familiar do período medieval.

A característica marcante das famílias tradicionais, da Idade Moderna, era a divisão do trabalho entre homens e mulheres. O homem como provedor e chefe da família e a mulher na função de dona da casa e educadora dos filhos.

Os problemas sociais e econômicos do século XXI, modificaram a vida das famílias contemporâneas. A mulher, quando saiu de casa e entrou no mundo do trabalho em busca do sustento financeiro e da realização pessoal, revolucionou as relações intrafamiliares. É sobre esse tema que trata o segundo capítulo.

Com as mudanças do mundo moderno, enquanto os pais trabalham fora os filhos ficam em casa normalmente com uma babá ou avós. Essas pessoas não têm o compromisso de educar as crianças da mesma forma como fariam os pais, ficando assim a educação dos filhos prejudicada. Outra alternativa que os pais que trabalham fora encontram é levar seus filhos, cada vez mais cedo, para as escolas.

O desejo de constituir uma família, valorizando mais a formação dela do que o próprio relacionamento do casal, é uma imagem do passado, ou seja, ao modelo das famílias tradicionais.

As novas estruturas envolvem a formação de uma família com o casamento. A forma como os problemas cotidianos são enfrentados, em muitos casos, resultam em divórcio e conseqüentemente em um recasamento como uma nova busca para se formar outra família.

Dentre as mudanças do novo século temos as novas estruturas familiares e um novo conceito de família. Daí a importância de se conhecer os diversos aspectos e mecanismos que regem a estrutura e a formação da família contemporânea.

As famílias tem funções e responsabilidades relacionadas ao desenvolvimento dos filhos, dentre eles, educá-los, protegê-los, socializa-los e cabe aos adultos dar o exemplo através das atitudes.

A aprendizagem no contexto familiar acontece naturalmente entre os adultos e a criança, e entre os irmãos, tudo como consequência do convívio familiar.

O convívio das gerações é conflituosa porque os pais foram educados de uma forma e dão a seus filhos outro tipo de educação. Isso tem criado, no cotidiano da família contemporânea, uma geração de filhos muitas vezes sem limites. Crianças e jovens que sofrem com a ausência dos pais que não tem disponibilidade para dar-lhes mais atenção e até disciplina.

Um aspecto fundamental na formação da criança é a questão da auto-estima. Esse sentimento se desenvolve no convívio com a família, e pode ser positiva ou negativa, dependendo da forma como a criança é tratada.

A convivência familiar é caracterizada por desejos individuais, sentimentos de amor e conflitos, um ambiente não só de normas de conduta ou de modelos estabelecidos. Por isso a dinâmica familiar é intensa e complexa, mas também capaz de se modificar e se adaptar a novas situações de acordo com o contexto.

CAPÍTULO I

FAMÍLIA – UM POUCO DA HISTÓRIA.

1.1 Os Sentimentos da Criança e da Família

Conhecer a história da criança e da família nas sociedades tradicionais, entre os séculos X e XX, abre caminho para entender um pouco a evolução da estrutura familiar e do sentimento da infância e das famílias atuais. Para identificar quais foram as principais mudanças e o que permaneceu até os dias de hoje, alguns autores foram consultados mas a principal contribuição para a compreensão do tema foi de Phillippe Ariès(1981).

Ao estudar os sentimentos em relação a infância, Maisons-Laffitte (1973) destaca o que ele chamou de “paparicação “ – era o sentimento que os adultos tinham pelos pequenos nos primeiros anos de vida. Era a única fase da vida da criança que os adultos a olhavam como uma “coisinha engraçadinha”. Eles a viam mais como se fosse um animalzinho de estimação, que os divertiam. Quando elas morriam, algumas pessoas se ressentiam, mas o pensamento comum da época era de ignorar a morte pois, logo em seguida, poderiam substituí-la por outra.

Os cuidados com os bebês eram poucos. Na época acontecia com frequência mortes de crianças por infanticídio. Segundo Ferreira (1975), “infanticídio é o assassinio de recém-nascido, ou morte dada voluntariamente a uma criança, ou morte do próprio filho, sob a influência do estado puerperal, durante o parto ou logo depois” (p.767). Isso acontecia quando os pais não desejavam a criança, ou se descuidavam delas. As pessoas camuflavam o que acontecia sob a forma de um acidente, e mantinham o fato em segredo. Uma das explicações dada era dizer que a criança morreu asfixiada enquanto dormia na cama com os pais.

O Infanticídio tolerado aconteceu até o século XVII. A Igreja e o Estado no entanto, não aceitavam essa prática por isso quem fosse descoberto era punido pelo crime.

Naquela ocasião o cristianismo fazia parte da vida das sociedades medievais e o sacramento do batismo acontecia com homens e mulheres. O batismo na Idade Média era coletivo e acontecia duas vezes por ano, na véspera da Páscoa e na véspera de Pentecostes. Quando as crianças nasciam não eram batizadas de imediato, precisavam esperar pelo batismo coletivo no entanto, muitas morriam antes de serem batizadas. A preocupação com a vida futura após a morte era uma questão ignorada.

As roupas das crianças no período medieval comprovam a relação entre os hábitos de se vestir e a compreensão que as vestimentas tinham na visão dos adultos. Isto é, a forma como os adultos viam as crianças pode ser notado pela maneira como as vestiam.

Assim que a criança deixava os cueiros, ela era vestida como os outros adultos de sua condição. Preocupava-se apenas em manter visíveis através da roupa os degraus da hierarquia social. Nada, no traje medieval, separava a criança do adulto. No início do século XVII, entretanto, a criança, ou ao menos a criança de boa família, quer fosse nobre ou burguesa, não era mais vestida como os adultos. Ela agora tinha um traje reservado à sua idade, que a distinguia dos adultos (Ariès, 1981, p.70).

No início do século XVII não existia uma separação tão rigorosa como hoje, entre as brincadeiras e os jogos entre adultos e crianças. Os jogos eram comuns a ambos. Muitos brinquedos pertencem ao mundo dos adultos, como por exemplo o cavalo de pau, ele foi utilizado desde a época em que o cavalo era o meio de

transporte mais usado. Hoje, as crianças do século XXI brincam com carrinhos, caminhões e aviões.

Os hábitos dos adultos são ainda copiados pelas crianças. A criança sempre imitou e imita os adultos, esta é uma característica que mostra como eles têm uma forte influência no mundo dos pequenos.

Atravessando a paparicação e a conquista da sobrevivência contra o infanticídio, doenças e maus tratos, as crianças começavam uma nova época de desenvolvimento por volta dos sete anos. Nessa idade, ela inicia uma mudança brusca na vida familiar.

Aos sete anos as crianças eram afastadas de sua casa, com o consentimento de seus pais, e iam viver em outra casa com uma outra família para se tornarem aprendizes. Esse era um costume da época. Independente da fortuna da família, todos enviavam assim seus filhos para casas alheias, enquanto recebiam em seu próprio lar crianças estranhas.

Segundo Ariès (1981), “a idade de sete anos marcava uma etapa de certa importância: era a idade geralmente fixada pela literatura moralista e pedagógica do século XVII para a criança entrar na escola ou começar a trabalhar” (p.87).

De criança pequena se transformavam rapidamente em um jovem homem, porque os adultos tratavam as crianças como se fossem um adulto em miniatura. Os adultos não permitiam que a criança tivesse o direito de viver a infância. O mesmo acontecia com o conceito de juventude.

A criança se tornava aprendiz dos afazeres domésticos, o que não significava para ela degradação nem repugnância, muito pelo contrário, era fundamental uma criança saber pôr a mesa e servir aos adultos, isso era sinônimo de boa educação.

As crianças permaneciam com estas famílias por cerca de sete a nove anos e visitavam seus pais poucas vezes. A distância e a ausência da convivência entre pais e filhos rompiam gradativamente os laços afetivos. Poucos jovens retornavam para as suas casas após o período de aprendiz.

Para Maisons-Laffitte in Ariés (1981) a transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram portanto nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las.

O sentimento de amor entre pais e filhos não era necessário para o equilíbrio da família. Se existisse o amor, melhor, caso contrário era indiferente.

As comunicações sociais e as trocas afetivas aconteciam com os amigos e vizinhos, criados e amos; crianças e velhos; mulheres e homens; ou seja, as demonstrações de afeto entre pais e filhos quando aconteciam era um acontecimento raro.

Um fato era marcante nessa época, é que as crianças conviviam muito com o mundo dos adultos e eram cuidados por amas e criados antes de completarem a idade dos sete anos. Nesse período, era comum a falta de inocência no relacionamento entre ele.

Essa prática familiar de associar as crianças às brincadeiras sexuais dos adultos fazia parte do costume da época e não chocava o senso comum. O respeito devido às crianças era então no século XVI algo

totalmente ignorado. Os adultos se permitiam tudo diante delas: linguagem grosseira, ações e situações escabrosas; elas ouviam e viam tudo.
(Ariès , 1981, p.128)

Esses costumes nas famílias medievais aconteciam com naturalidade, pois não existia o sentimento da infância e a noção de moral. Mas no fim do século XVI, os moralistas da época conseguiram isolar a criança para preservá-la das brincadeiras e dos gestos dos adultos que então passaram a ser considerados indecentes. Foi o marco que datou o respeito pela infância.

A intimidade e a vida privada das famílias não existia dentro das casas porque a estrutura delas era completamente diferente das existentes hoje. Como na época não havia escritórios e lugares para se tratar de negócios, a casa desempenhava também uma função pública. Lá eram recebidos os amigos, clientes e parentes.. “Na hora das refeições, armava-se mesas sobre cavaletes dobráveis, que eram cobertas com uma toalha”. (Ariès 1981 p.259)

As casas não tinham quarto, era um único cômodo onde recebiam visitas, dormiam e faziam as refeições, ou seja não havia privacidade entre os casais. Todos que viviam na casa dormiam no mesmo cômodo patrões, empregados, pais e filhos. As camas de dobrar eram montadas na hora de dormir. A promiscuidade portanto era inevitável.

Com o sentimento da infância e a necessidade da intimidade se deu início a vida privada, proporcionando o isolamento das pessoas, a reforma dos costumes e a reorganização da casa.

O primeiro passo foi a separação dos cômodos e a transformação das camas desmontáveis em camas fixas. A mesa de jantar fixa, que até então não existia na

sala foi então adotada. O segundo passo foi excluir os criados do convívio íntimo da família.

A preocupação da família era se manter dentro da estrutura e das obrigações a serem cumpridas por cada membro. A família não alimentava um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. A família era mais uma realidade moral e social, do que sentimental.

As crianças não eram negligenciadas, abandonadas ou desprezadas, pois a afeição existia nas sociedades medievais o que não existia era o sentimento em relação a infância, que significava à consciência da inocência e da fragilidade desse período.

Os pais não percebiam naquele tempo, as particularidades em distinguir a diferença entre uma criança e um adulto. O dever dos pais agora era de educar e cuidar dos seus próprios filhos e não se separar deles delegando a outra família a educação dos mesmos.

A descoberta da infância começou sem dúvida no séc. XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII (Ariès, 1981, p.54).

Os laços de sangue não constituíam o único grupo familiar. Existia na Idade Média uma condição chamada linhagem, que era o único sentimento de ordem familiar conhecido na época, muito diferente do sentimento da família. A linhagem era uma condição social que garantia a todos os descendentes de um mesmo ancestral, um convívio familiar independente dos vínculos afetivos.

A solidariedade da linhagem e a indivisão do patrimônio se desenvolveram, ao contrário, em consequência da dissolução do Estado. Depois do ano mil, a nova distribuição dos poderes de comando obrigou os homens a se agruparem mais estreitamente. O estreitamento dos laços de sangue que então se produziu correspondia a uma necessidade de proteção (Ariès, 1981, P.211).

No século XIII, com as novas formas de economia, surge a necessidade de se manter os bens da família. Essa situação econômica aumentou a autoridade do pai dentro da família como uma maneira de garantir o patrimônio.

A solidariedade da linhagem, nesse período, se enfraquece e fortalece o sentimento da família.

Este sentimento está ligado à vida dentro de casa. A disciplina e o respeito mútuo são fundamentais entre todos os integrantes. Essa forma de convivência surgiu gradativamente com o nascimento do sentimento da infância, com o respeito à individualidade, à ingenuidade e à pureza da criança.

O sentimento da família abre espaço para o nascimento de valores que só irão aparecer a partir do convívio e da intimidade de uma vida dentro de casa. A vida sentimental das famílias modernas teve início nessa época, quando mudaram as relações internas com a criança.

As crianças que na Idade Média eram educadas como aprendizes, na Idade Moderna passaram a frequentar a escola. A família nessa época, começou a se preocupar entre outras coisas, com a presença nociva dos criados na educação dos filhos. Na família moderna surge então o sentimento em relação a inocência infantil e os pais passaram a afastar os filhos do convívio com os adultos.

As famílias modernas se modificaram com o surgimento da afeição e da importância que atribuíram à educação das crianças. O sentimento da família surgiu portanto, com a aproximação das famílias em torno da criança e o desejo dos pais de não se afastarem dos seus filhos.

Durante muitos séculos em nossa sociedade a criança foi ignorada, somente a partir do século XX, considerado século da criança, ela passou a ter real importância na vida das famílias sendo a saúde e a educação as duas principais preocupações dos pais.

1.2 Formação da Família Nuclear Burguesa

As principais mudanças na convivência das famílias se revelaram a partir dos sentimentos da criança, dos sentimentos da família, da necessidade de estar junto e cuidar dos filhos, e do afastamento dos criados do ambiente doméstico.

Surge então, no século XVIII uma nova formação de estrutura familiar.

Com o surgimento da escola, da privacidade, a preocupação de igualdade entre os filhos, a manutenção das crianças junto aos pais e o sentimento de família valorizado pelas instituições (principalmente a Igreja), no início do século XVIII começa a delinear-se a família nuclear burguesa. (Szymanski , 1997, p.24)

A clássica família burguesa, surgiu no Brasil sob a imagem de um modelo idealizado e trazido pelos imigrantes dos diversos países europeus. Essa mesma família idealizada, tornou-se um local ou lugar onde convivem pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes e equilibradas.

A nova estrutura familiar do início do século XVIII, é composta por um homem, uma mulher e pelos filhos solteiros.

Pensar em família é visualizar de imediato, a imagem de um pai, uma mãe e algumas crianças vivendo numa casa. Essa imagem corresponde ao modelo de família nuclear burguesa.

Na estrutura familiar cada integrante tem seu papel definido. O pai assume o trabalho externo, a mãe o trabalho doméstico e a criação dos filhos. Os filhos, por sua vez, devem estudar e obedecer aos pais.

A estrutura familiar mais conhecida e presente na sociedade ocidental nos dias de hoje é o modelo da família nuclear burguesa. Um modelo de família que é encontrado inclusive nos livros didáticos.

Analisando os textos desses livros há um material rico na transmissão dos valores e as idéias das famílias burguesas. Essas idéias, segundo Ricchetti, citado por Deiró (1978), muitas vezes transmitem de forma inconsciente para as classes dominadas, a imagem da família burguesa como se fosse esse o padrão universal de família.

A cena que os livros didáticos mostram para as crianças, na maioria das vezes não traduz fielmente a realidade da grande maioria das famílias brasileiras. Por exemplo, quando aparecem figuras mostrando uma família reunida com pais, filhos, avós e empregada em torno de uma mesa de almoço onde está sendo servido comidas saborosas Ricchetti, in Deiró (1978).

Dessa forma, essa imagem de família ideal burguesa aparece, como norma e não como modelo construído. Por isso aceitá-la, significa aceitar seus valores, regras, crenças e padrões emocionais (Szymanski, 1997).

1.3 Normas de Conduta Familiar

No século XIX, as famílias brasileiras viviam um momento de transformação decorrente do desenvolvimento urbano no país. A grande mudança aconteceu com a introdução da higiene sanitária na vida doméstica para combater o alto índice de mortalidade infantil e as precárias condições de saúde dos adultos.

Os higienistas organizaram normas de conduta para as pessoas e essas normas higiênicas tinham uma forte manipulação político – econômica. Elas seguiam a visão de uma única classe social, a burguesia. Os higienistas se preocupavam não só com a saúde das crianças após o nascimento mas com a importância da saúde dos pais na vida delas. Pais saudáveis, segundo eles, teriam filhos também saudáveis.

O casamento passou a ter novas condições dentro das normas higienistas. As uniões consanguíneas passaram a ser condenadas e a desproporção nas idades entre os casais era desaconselhada. Para o casamento, a idade ideal das mulheres era entre os 18 e 20 anos e para os homens, entre os 24 e 25 anos.

Os higienistas tiveram um papel fundamental para a função político-econômica do chefe de família. Eles transmitiram a idéia que o homem velho entra em decadência física e moral e essa orientação era a forma de controlar o domínio que os homens mais velhos e economicamente estabilizados tinham sob as mulheres jovens que eram compradas e corrompidas fisicamente. (Costa, 1999)

Essa norma dos higienistas, no fundo era uma maneira de desequilibrar o sistema de poder do pai. Uma quebra do absolutismo paterno e o surgimento de um novo papel feminino na vida familiar.

O cuidado higiênico com o corpo defendida pelos higienistas, segundo Costa (1999), do século XIX, “fez do preconceito racial um elemento constitutivo da consciência de classe burguesa” (p.13), ou seja, essa classe cresceu julgando-se pertencer a um grupo que tem um corpo saudável, diferente do corpo flácido e doentio do indivíduo medieval.

Todos aqueles que não tivessem a imagem do corpo fisicamente saudável era inferiorizado pela burguesia. Normalmente, para o autor, os mais inferiorizados eram os negros, os paraíbas, os caipiras e os pobres.

De acordo com Costa (1999), “os resultados obtidos pela educação higiênica foram a obtenção da saúde dos indivíduos, a aquisição de status social e a manipulação político – econômica da vida deles”.(p.14).

Moralmente as pessoas tornaram-se mais disciplinadas, e mais bem educadas mas com tendências, segundo Costa (1999), “ à autoculpalização ”, ao autocontrole sobre si e uma extrema intolerância com os outros nas menores falhas.

Qualquer situação que fugisse as normas estabelecidas era criticada e condenável. Esse autocontrole e intolerância com os outros gerava sofrimento psíquico e emocional.

O nível de instrução e a capacidade intelectual entraram na era da competição, caucionada não só pela ordem econômica mas também pela ciência médica. Os higienistas colaboraram no processo de hierarquização social da inteligência, criando a idéia de que o indivíduo “culto” era superior ao “inculto”.(Costa, 1999, p.14).

Foi com essa idéia que se difundiu o preconceito com relação à mulher pois acreditava-se que o cérebro do homem era mais capacitado para as atividades profissionais intelectuais e a mulher, só poderia exercer atividades domésticas.

Os higienistas reforçavam sempre a presença da mulher no lar, fortalecendo o sentimento machista na sociedade.

A educação sexual era conduzida pelos higienistas para atender às funções sócio - sentimentais do casal e desencadeou uma vasta repressão sexual dentro das famílias. As pessoas eram vigiadas e controladas. A educação sexual mudou o comportamento das pessoas.

Instigados pela higiene, homens passaram a oprimir mulheres com o machismo; mulheres ,a tiranizar homens com o nervosismo; adultos, a brutalizar crianças que se masturbavam; casados ,a humilhar solteiros que não casavam; heterossexuais, a reprimir homossexuais, etc. O sexo tornou-se emblema de respeito e poder sociais. Os indivíduos passaram a usá-lo como arma de prestígio, vingança e punição. (Costa , 1999, p.15).

O cotidiano dos casais do século XIX era voltado para a divisão do trabalho e das tarefas. O homem passava a maior parte do tempo fora de casa, trabalhando, perambulando pelas ruas, encontrando amigos, parando em bares, praças e Igrejas. As mulheres cuidavam de casas enormes que tinham entre cinco e doze quartos. Naquela época, os banheiros se localizavam fora da casa. Havia uma grande quantidade de pessoas a serviço da família, entre eles parentes, filhos, criados e escravos, todos orientados pela mulher.

Por volta de 1808 no Rio de Janeiro, calculava-se que havia uma média quinze pessoas em uma casa (Luccock, 1999).

A mulher, naquela época, era vista como preguiçosa e indolente, a imagem que se tinha dela é que passava o dia costurando e rezando o terço. Essa idéia surgiu do fato dela permanecer, a maior parte do tempo, sentada em um local onde as pessoas pudessem ter acesso a ela no caso de necessitarem de ajuda ou orientação da dona de casa. Aqueles que passavam as viam como senhoras envelhecidas e gordas. Na verdade, as mulheres tinham muitos afazeres como uma

casa imensa para cuidar e muitas pessoas para controlar e, isso tudo que as deixava exaustas.

A mulher raramente saía, pois tudo o que precisava era produzido em casa. Ela sequer fazia compras, porque muitos vendedores traziam os produtos à domicílio. A presença dos escravos no ambiente doméstico interferiam na intimidade dos donos da casa. Os escravos tinham tarefas ligadas à intimidade da família, como ajudar a dar banho nas crianças, amamentar os bebês, entre outras coisas.

A quantidade de pessoas estranhas na casa atrapalhava as relações afetivas e pessoais. Os gritos e a forma áspera de se dirigir aos escravos, como era hábito da época, por exemplo, se refletia também na forma de se dirigir aos filhos, esposa e marido.

As mulheres cuidavam das necessidades da casa mas não tinham autonomia para decorá-las ou mobilia-las. Só o homem cuidava do patrimônio da família. O desconforto material não tornava o ambiente doméstico acolhedor. As casas antigas não tinham um clima tranquilo, calmo, caloroso e aconchegante o que veio a ser o ideal da convivência familiar do século XXI.

As dificuldades no convívio familiar do século XIX eram principalmente a falta de conforto e privacidade do lar. Além disso, a mulher era considerada inferior ao homem e confinada no ambiente doméstico. Era também subordinada ao homem de quem dependia economicamente seja ele marido, pai, irmão, tio ou tutor. O casamento era por interesse e inexistia sentimentos de amor entre os cônjuges.

De acordo com Costa (1999), "Muitos dos fenômenos apontados hoje em dia, como causas da degradação familiar, nada mais são que consequências históricas da educação higiênica" (p.15).

1.4 Famílias Tradicionais - Autoridade e Poder

Na Idade Média, a mulher tinha o direito de comandar e administrar os bens da família na ausência ou morte do marido. Mas no final do período medieval, no século XIV, a participação da mulher no controle familiar entra em declínio, nas palavras de Ariès (1981) “No século XVI, a mulher casada torna-se uma incapaz, e todos os atos que faz sem ser autorizada pelo marido e pela justiça tornam-se radicalmente nulos” (p.214).

No período da Idade Moderna, a família conjugal se fortalece, dando autoridade ao marido dentro de casa. A mulher e os filhos se submetem ao marido/pai como a autoridade e o chefe da família. A autoridade do pai nas cidades seguiu o modelo de autoridade dos homens do meio rural. Para Costa (1999), “O pai representava o princípio de unidade da propriedade, da moral, da autoridade, da hierarquia, enfim, de todos os valores que mantinham a tradição e o *status quo* da família” (p.95).

Uma mudança se estabelece nos hábitos e nas condições sociais das famílias da Idade Moderna. Segundo Ariès (1981) “Passara-se portanto a atribuir à família o valor que outrora se atribuía a linhagem. Ela torna-se a célula social, a base dos Estados, o fundamento do poder monárquico” (p.214).

A socialização das famílias tradicionais se dava com as seguintes formas de participação, o pai tinha o papel de ligação entre a família e o meio social. É o pai que exerce uma profissão que determina o status da família. A mãe se apoiava no marido para a subsistência do lar, transmitindo esse modelo à(s) filha(s). Estas por sua vez não buscavam preparar-se para uma carreira satisfatória. A profissão feminina mais comum era a de professora primária. A família preparava a(s) filha(s), para o casamento como um meio de inserção social, o que refletia nos interesses da própria família. Era comum os casamentos por contratos. O(s) filho(s) se

identificavam com o pai. Ele preparava o filho para assumir o cargo e a posição social que ocupava. Os filhos eram orientados, na ausência do pai, para assumir e administrar os bens da família.

Entre os séculos XVIII ao XIX, a sociedade brasileira sofreu a repressão e o autoritarismo estabelecidos pela ordem médica e pelas normas familiares na época. Esse período foi marcado por modificações nas funções de cada membro da família. Para Prado (1981), nessa época, (...) “o fator econômico, ocupava um lugar determinante pelo fato de transmitir no interior do próprio grupo uma verdadeira divisão de trabalho que beneficiava o patrimônio comum” (p.65).

Essa família tradicional que desde aquele tempo era considerada modelo, tinha diversas funções, dentre elas, a estabilidade econômica, a transmissão de uma base religiosa, moral, educacional e profissional.

Os jovens eram educados para respeitar a fidelidade no casamento e as moças deviam manter-se virgens até essa data. Esta condição dava ao marido a garantia de filhos legítimos. A castidade da esposa era protegida pela família. Muitas vezes os casais, que eram educados nessas famílias tradicionais, vinham a se conhecer somente no dia do casamento. De acordo com Ariès (1981), “Durante muito tempo, o casamento foi apenas um contrato”(p.198). Uma vez casados, o novo casal procurava morar o mais próximo possível dos pais.

O chamado complexo de virgindade – virilidade marca as posições diferentes da mulher e do homem na organização familiar: ao homem são permitidas e valorizadas as aventuras e a infidelidade conjugal; já a mulher (tanto antes como depois do casamento) deve manter uma atitude de recato e pudor. Isso significa um duplo padrão de comportamento. A valorização e o significado desse padrão implicam a existência de uma subordinação específica da mulher em relação ao homem que é reforçada pela cultura patriarcal. (Prado , 1981, p.78).

As mulheres subordinavam-se aos homens assim como os jovens, aos mais idosos. A hierarquia familiar era extremamente rígida. Até os livros didáticos dessa época contribuíam e reforçavam o machismo e a submissão feminina, quando citavam textos como:

As mulheres não trabalham, mas cuidam do lar com a tarefa principal de cozinhar, enquanto o homem trabalha e tem a tarefa no lar de sentar-se e fumar cachimbo". Os conteúdos dos textos são machista até à exasperação. Difundem toda uma ideologia de discriminação". (Camargo citado por Deiró 1978, p.18).

A tradição e os costumes impunham as pessoas dedicação à sua família. Nessa época a religião apoiava e controlava as famílias em troca, a instituição religiosa era sustentada por elas. Essas famílias colaboravam com a Igreja na transmissão das crenças, no cumprimento das práticas religiosas e na aceitação das punições impostas por ela.

Diante de tantas mudanças no final do século passado, nasce uma nova estrutura familiar.

CAPÍTULO II

AS ESTRUTURAS FAMILIARES DO SÉCULO XXI

2.1 Uma Nova Divisão do Trabalho

Até o século XX, as relações de comando e obediência dentro das famílias era uma norma estabelecida na sociedade e devia ser seguida pela esposa e pelos filhos, era essa a forma das relações familiares.

A estrutura da família sempre acontece em consonância com o momento histórico da sociedade na qual está inserida.

As famílias eram numerosas e centradas na figura paterna. Essa formação patriarcal, em que a mulher era subalterna e os filhos seres tutelares e sem direitos, viveu fortes reveses a partir da metade do século XX, com o modelo capitalista industrial. (Scavone, 2001,p.10).

O Brasil vive hoje um quadro de desigualdade social, pobreza e má distribuição de renda o que acarreta, para grande parte da população, uma má qualidade de vida. Uma das características marcantes da nossa política social está relacionada aos privilégios de uma minoria elitista e o estado de pobreza de uma enorme parcela da população.

Para Gomes (1997), "A responsabilidade por esse *status quo* é, sem dúvida, nossa. Mas também o é dos países e dos organismos internacionais que sustentam a atual ordem econômica mundial" (p.65).

Os problemas econômicos mundiais refletiram nas famílias de forma violenta, obrigando a participação de todos os integrantes na organização do orçamento

familiar. A mulher que até o século XIX, permanecia em casa cuidando dos filhos, do lar e dos bens domésticos, foi obrigada a trabalhar fora de casa para ajudar o marido a sustentar as despesas da família.

A situação econômica, acaba sendo mais significativa do que os valores machistas do passado. Com isso, aos poucos a mulher foi saindo de casa para enfrentar o desafio de competir com os homens uma nova divisão do trabalho.

O que antes era uma simples divisão de tarefas, o homem fora de casa e a mulher no lar, hoje é para muitos, uma situação de conflito entre os casais em decorrência das novas funções de outra forma de organização das despesas e do trabalho doméstico. As relações de poder e autoridade da família, sofrem mudanças junto com os problemas sócio - econômicos em que vive o país.

Nesse contexto, onde a pobreza é generalizada, cresce uma sociedade de consumo de massa pobre e desigual, com consequentes impactos estruturais sobre as famílias, as crianças e os jovens.

Se por um lado a mulher tem ocupado um significativo papel no mundo do trabalho, por outro os jovens passaram a ingressar cada vez mais cedo no mercado, abandonando muitas vezes precocemente a escola, para reforçar a renda familiar.

Estabeleceu-se assim, uma nova divisão de trabalho, não só entre homens e mulheres, mas entre adultos e jovens.

Os filhos também modificam as relações de autoridade e poder dentro da família quando começam a trabalhar e se sustentam financeiramente. Eles deixam a condição de dependentes para se tornarem integrantes da economia familiar, principalmente, quando ajudam nas despesas da casa junto com os pais.

À medida que os filhos deixam de ser apenas consumidores e se tornam geradores de renda, alteram-se os fundamentos de suas posições na estrutura da instituição doméstica, redefinindo-se as relações de autoridade e poder, o que, muitas vezes, interfere igualmente nos vínculos afetivos (Romanelli, 1997, p.76).

O homem nas duas últimas décadas ganha um novo papel na sociedade, ele deixa de ser o chefe da família e passa a participar da vida e dos problemas domésticos. A divisão do trabalho e o papel do homem e da mulher se modificam. A figura do homem como provedor deixa de fazer parte da maioria das famílias e, as mulheres ganham mais espaço tanto na contribuição do orçamento doméstico como na sociedade.

Até então, somente os homens sustentavam as despesas da casa e da família. Hoje ele divide essas responsabilidades junto com a esposa. A mulher, nessa condição, não é mais vista como a rainha do lar mas como uma companheira na luta pela sobrevivência de todos.

2.2 Mulheres e suas Conquistas

Em 1910, na Dinamarca, durante a III Conferência Internacional de Mulheres, foi criado o Dia Internacional da Mulher. Comemorado atualmente no mundo todo, o dia 08 de março busca mostrar a importância delas na história da humanidade e suas conquistas nos tempos atuais (Elos, 2001).

A evolução dos fatos históricos lembram os inúmeros progressos das mulheres nas últimas décadas.

Até o século XVII existia o privilégio da escolarização para o sexo masculino. As mulheres eram excluídas, não tinham o direito a alfabetização, muito menos ao estudo. Só no fim do século XVII tem início a escolarização feminina.

No século XIV as meninas de 10 anos já eram preparadas para o casamento e para serem mães. Uma época em que não se respeitava sequer a estrutura física de uma criança. Entretanto, no século XIX com as normas dos higienistas, a idade ideal para se casar passa para 18 anos.

As mulheres não podiam dar suas opiniões sobre qualquer assunto, pois elas eram consideradas inferiores aos homens. Elas não saíam de casa e eram escravizadas ao machismo da época (Costa, 1999). No entanto, quando saíram do isolamento e do confinamento doméstico, conquistaram seu espaço. Elas perceberam que eram capazes de executar qualquer tarefa. Passaram a se valorizar mais e a confiarem em si mesmas.

Neste início de século, as mulheres constituem uma força de trabalho decisiva na economia. Nas últimas décadas elas representam grande parte da população economicamente ativa no Brasil e no mundo. Até os anos cinquenta era insignificante a participação da mulher no mercado de trabalho. No país, segundo o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1970 as mulheres eram apenas 21% da força de trabalho. É importante lembrar que o feminismo surgiu nessa mesma década na Europa e avançou pelo mundo.

Em 1997, segundo dados oficiais, as mulheres trabalhadoras já representavam quase a metade (49,6%) da população ativa, e entraram no terceiro milênio como maioria (51%). O panorama se repete no resto do mundo e, em apenas três décadas tudo se modificou.

O feminismo surge então, tendo seu apogeu nas décadas de 60 e 70, como um movimento social de reivindicação da mulher para além do mundo doméstico, do existir apenas na relação com o homem, e de questionar a condição da mulher dentro da sociedade regida por um modo de produção capitalista (Gomes, 1998, p. 53).

O feminismo é uma rejeição ao estilo de vida criado por normas extremamente repressivas. Normas que restringem as mulheres, definindo o que elas podem ou não fazer. Essa mudança afetou o relacionamento entre os casais.

Antigamente o casamento para as mulheres era a única forma de ascensão social. Para algumas, o papel doméstico bastava mas não era o suficiente para fazê-las felizes, pois faltava o sentimento de valorização do marido e da sociedade. A mulher se importa com o que o homem e a sociedade pensa a seu respeito. O feminismo trouxe para a mulher o resgate da sua auto-estima e do respeito que durante séculos foram ignorados.

Apesar de conquistarem um espaço profissional, as mulheres continuam inferiores aos homens em relação aos salários. O IBGE, em 1992, informou que a remuneração média das mulheres representava 53,2% do salário dos homens. Em 1999, esse índice subiu para 60,7% (Elos, 2002).

A presença maciça das mulheres no mercado de trabalho contribuiu para um problema social, o aumento do desemprego masculino.

Nos Estados Unidos, maior mercado de trabalho do planeta, 10% dos altos cargos das 500 maiores empresas americanas já são ocupadas pelas mulheres.

Com todas as mudanças das últimas décadas, principalmente nas funções de cada membro da família, a mulher foi quem mais sofreu com essas transformações, afetando nitidamente seu comportamento. Aquele papel confortável de dona de casa e mãe em horário integral, já não faz parte da realidade dessas mulheres. No entanto, existem aquelas que se sentem diminuídas por estarem vivendo apenas como donas de casa. (Prado, 1981).

Dentro desse novo papel da mulher na sociedade para aquelas que trabalham, cabe a difícil tarefa de tentar conciliar a maternidade e a vida profissional

No dia a dia muitas delas tem tido um convívio muito maior com os colegas de trabalho do que com a sua própria família. Mesmo assim, a sociedade cobra da mulher o mesmo desempenho anterior, como se ela tivesse disponibilidade integral para educar os filhos e cuidar da administração da casa. É o velho pensamento das famílias tradicionais que tem, ainda hoje, dificuldade de adaptação diante da nova realidade das mulheres do século XXI (Elos ,2002).

Os homens admiram essa nova mulher mas, com a vivência, alguns sentem-se ameaçados, já que nessa relação não exercem mais aquele papel de homem provedor e se sentem muitas vezes fragilizados e inseguros diante das novas relações familiares.

As mudanças que aconteceram no universo feminino sobrecarregou e muito as mulheres, pois além de cuidar da casa e dos filhos ela tem que dividir com o

homem um espaço no mundo do trabalho. Com isso, aquele marido que passava o dia fora de casa e deixava todas as tarefas domésticas e a educação dos filhos sob a responsabilidade das mulheres está “saindo de moda”. Hoje muitos homens participam, junto com a mulher, dos afazeres do lar, da vida e da educação dos filhos.

Existe uma grande percentagem no Brasil de mulheres que vivem sós, criam seus os filhos sem a ajuda dos homens. São as mulheres chefes de família. Elas são na maioria das vezes separadas ou viúvas ou foram abandonadas pelo marido, ou ainda são mães solteiras. Esses maridos ou companheiros desapareceram ou abandonaram suas esposas deixando-as com a difícil tarefa do sustento de si mesmas e de seus filhos.

As desvantagens de ser chefe de família são muitas pois elas convivem com um enorme cansaço físico após uma jornada de trabalho, somados aos problemas financeiros, às dificuldades escolares dos filhos e suas próprias carências. Isso tudo sobrecarrega o dia a dia dessas mulheres que não têm com quem dividir tantas responsabilidades.

Por outro lado, a vida da mulher solteira com boa situação sócio – econômica é diferente mas também tem os seus desafios. Essa mulher independente, bem sucedida, estudada, “malhada”, viajada, elegante, com vida social intensa, faz parte da geração de mulheres que colhem as conquistas da revolução feminina.

Essas conquistas atualmente entram em conflito com duas questões importantes na vida da mulher - a maternidade e a relação afetiva

O casamento já não é mais necessário como antigamente, para o sustento financeiro mas sim para o envolvimento emocional. Daí decorrem diversas dificuldades que as mulheres solteiras enfrentam para tentar atingir mais uma

conquista, a da vida afetiva. Muitas vezes os relacionamentos afetivos são superficiais, inconstantes e de curta duração o que gera frustrações e solidão.

As solteiras hoje, querem um relacionamento determinado e idealizado por elas, porque não se dispõem a mudar a vida que construíram. O individualismo egoísta que prevalecia entre os homens foi incorporado pelas mulheres.

Habitantes de um passado que não existe mais e de um futuro que ainda não chegou, homens e mulheres de nosso tempo vivem nos relacionamentos amorosos os reflexos de um presente de regras pouco definidas, com papéis que sofreram mudanças consideráveis, visíveis em outras esferas das relações humanas (Whitehead, 2003, p.56).

A crise entre as solteiras se atribui a um descompasso entre valores e comportamento. As mulheres querem as mesmas coisas que suas mães tiveram, mas vivem uma vida completamente diferente delas. As conquistas são muito mais valorizadas quando acompanhadas de relações afetivas felizes.

2.3 Do Casamento ao Recasamento

As estruturas familiares têm mudado mas independente das uniões, a monogamia permanece como um eixo estrutural nas relações. De acordo com Scavone (2001), "a família, hoje, explodiu em múltiplos modelos, não há mais um único modelo aceito, ainda que a monogamia predomine" (p.10). Para Zanotta (2001), "A sociedade reage negativamente a quaisquer manifestações que coloquem em "xeque" a monogamia"(p.11).

O início da vida conjugal surge muito ligada ao desejo de construir uma família. Algumas pessoas parecem valorizar mais a formação de uma família do que a própria relação do casal. Para alguns, o objetivo de ter uma família é a pedra fundamental para a manutenção do casamento. Homens e mulheres vinculam muito o tipo de casamento que vivem com a formação que tiveram e reproduzem o modelo que viveram na casa dos pais (Gomes,1998).

Apesar do conceito de casamento ter sofrido mudanças ao longo da História, as relações entre marido e mulher ainda se mantém fiel ao modelo do passado, ao modelo das famílias tradicionais, principalmente no que diz respeito à formação da família, o papel do homem e da mulher na criação dos filhos.

Os homens e as mulheres, a partir da idade da adolescência, têm o direito, sem restrição alguma por raça, nacionalidade ou religião, a se casar e fundar uma família; desfrutando de direitos iguais em relação ao matrimônio e em caso de dissolução do matrimônio (Declaração Universal de Direitos Humanos, artigo 16)

As dificuldades nos relacionamentos entre os casais são comuns no cotidiano das relações humanas. Por isso, é natural acontecerem conflitos nas relações conjugais e as situações de atrito muitas vezes acabam refletindo na vida dos filhos.

Para Gomes (1998) "Os problemas mal resolvidos do casal, ou de um deles são causas geradoras de "sintomas" e de problemas para o(s) filho(s)". Esses sintomas denunciam as questões internas dos pais, no qual o filho é vítima, ou seja, muitas vezes na verdade o comportamento do filho é uma consequência do problema dos pais.

Segundo o autor as mulheres que se sentem descontentes no casamento, desiludidas da realidade que vivem por ser muito diferente da idealizada, acabam presas a formação familiar que tiveram e permanecem no casamento mesmo infelizes, só para tentar manter o bem estar e equilíbrio dos filhos.

No entanto, quando os filhos percebem as dificuldades do ambiente familiar e a infelicidade dos pais , se ressentem disso e podem desenvolver problemas emocionais diante dessa situação.

Desfazer ou romper um casamento parece ter um peso muito maior para a mulher do que para o homem. Para não ter que dar conta de toda uma situação, é mais fácil, no pensamento feminino, usar os filhos para manter o casamento (1998).

Primeiro foi o desquite, durante os anos cinqüenta, ser mulher "desquitada" era quase o mesmo que ser "mulher perdida". Depois veio o divórcio. E o casamento, que antes era para durar até que a morte os separe", passou a ser cada vez mais instável. Atualmente, raros são os casamentos duradouros. Estamos saindo de um modelo rígido para modelos mais incertos e flexíveis (Bittencourt, 2001,p.14).

O divórcio, a separação, era impensável pois o ideal do casamento era "unidos até que a morte os separe", uma fórmula que teve origem na religião católica.

É verdade que o divórcio não existia, mas isso não significava que os casais eram felizes, a ponto de quererem ficar juntos para toda a vida. Na verdade muitos casamentos sobreviviam por causa das aparências que mantinham.

Para Prado (1981), um exemplo recente e significativo foi a indissolubilidade do matrimônio. Havia a separação legal, o desquite, mas este não dava direito a um novo casamento. Com o tempo, os casais se uniam a outro companheiro ou companheira, tinham filhos e esses filhos e a nova companheira não tinham os mesmos direitos que a primeira família (p.79).

Assim, com os novos casais se formando, as leis brasileiras tiveram que se atualizar e proteger economicamente as novas famílias de um novo casamento. Para contornar o fato, criou-se a legislação da "companheira".

Em 1977 o senador Nelson Carneiro recebe em junho manifestações de apoio à Lei do Divórcio, que seria sancionada em dezembro. E em 1988 a constituição reconhece os direitos da união estável regulamentados em 1996 (Jornal o Globo, 28/07/2002, p.3).

Durante muito tempo o divórcio era sinônimo de irresponsabilidade ou de fracasso no relacionamento. Com a aceitação do divórcio, o casamento deixou de ser visto como uma situação imutável, assim o casamento deixou de ser uma fonte de angústia e conflitos.

No entanto, a intolerância entre os casais tornou-se mais frequentes e eles hoje se separam diante dos primeiros problemas que enfrentam. A liberdade e a facilidade do divórcio fortaleceu a intolerância dos casais e as separações.

Há vinte anos atrás os casamentos costumavam acabar por traição, hoje a intolerância entre os casais e a lei do divórcio, sancionada em dezembro de 1977, facilitam as separações.

Assim como o divórcio, o recasamento tornaram-se cada vez mais freqüentes na sociedade brasileira. Os casamentos do século XXI, são vistos como uma opção para se ter uma companhia e não como antigamente que eram frequentemente por interesse.

Os recasados fazem parte do modelo de estrutura familiar do século XXI. Eles são formados por pessoas separadas que formam uma nova família com um novo companheiro ou uma nova companheira, tendo ou não filhos do outro casamento.

Os casais que estão se unindo pela segunda vez, são casais que pensam diferente do relacionamento de um casal que está se unindo pela primeira vez, pois os recasados trazem consigo a experiência do primeiro casamento. Tendo sido boa ou não, ela faz parte da história de vida deles.

Após o divórcio as reações são diversas. Alguns casais passam a sentir mágoa, raiva e ressentimentos. Um sentimento que gera comportamentos que afetam os filhos, e dificultam ainda mais a situação de sofrimento para todos os envolvidos.

No entanto, existem os casais que mesmo com a dor da separação conseguem ter um relacionamento respeitoso, até mesmo uma relação de amizade e cooperação. São aqueles que conseguem separar os problemas conjugais das responsabilidades para com os filhos. É uma minoria, mas existem casais que passaram a ser os melhores amigos um do outro e continuaram a manter uma relação de intimidade e carinho sem envolvimento sexual.

De acordo com Bittencourt (2001), “as possibilidades multiplicadas de novas famílias tornam-se possíveis, a partir dos casamentos desfeitos. É freqüente, através dos “recasamentos”, a convivência saudável de duas (ou mais) novas famílias formadas a partir da separação de um casal (p.14).

Segundo Rosemberg (2001), “A vivência em um ambiente de pluralidade, criado com as novas opções familiares, reflete na formação do indivíduo. Essa família fragmentada aumenta o repertório das crianças” (p.14).

Para muitas pessoas, o recasamento significa se tornar padrasto ou madrasta, além de ser marido ou esposa. O fato de se tornar padrasto ou madrasta implica ter de reinventar um papel que se adapte às necessidades e aos momentos de vida das crianças ou adolescentes envolvidos na nova situação. Para Rosemberg (2001), “a mesma criança terá mais de um modelo masculino, pois terá o pai que a gerou e a figura masculina que casou com sua mãe. Além disso, terá também mais uma figura feminina. São mais contatos com modelos diferentes, criando menos estigmas e dogmas” (p.16).

As novas estruturas familiares do século, desenham a família brasileira contemporânea.

2.4 A Família Brasileira Atual

Existem vários tipos de agrupamentos familiares. O mais comum é composto por um homem, uma mulher e filhos. Há lares que ainda têm outras gerações convivendo juntos como avôs, avós e tias ou tios e famílias em que os filhos, mesmo depois de casados, moram com os pais.

As interpretações sobre as inter-relações familiares passou a ser interpretada no contexto da estrutura proposta pelo modelo das famílias nucleares Assim quando uma família se afastava desse modelo era chamada de "desestruturada" ou "incompleta". Considerava-se que todos os problemas emocionais que poderiam advir da "desestrutura" ou da "incompletude" dessas famílias. O foco estava apenas na estrutura da família e não na qualidade das inter-relações. "Fora desse contexto, as famílias são consideradas "incompletas" e "desestruturadas". Essas são as mais responsabilizadas por problemas emocionais, desvios de comportamento do tipo delinquência e fracasso escolar" (Szymanski, 1997, p.24)

As novas estruturas familiares do século XXI, são constituídas por uma pequena parcela da família nuclear burguesa (pai, mãe e filhos solteiros), famílias reconstituídas (casais que se casam pela segunda vez), famílias extensas com vários casais com ou sem filhos dividindo o mesmo espaço, famílias em que os filhos são criados só pelo pai ou só pela mãe ou por um parente como, por exemplo, os avós e por último, o surgimento da mais nova família aquela composta por pessoas do mesmo sexo.

De acordo com Lévi-Strauss, citado por Sarti (1997), "As estruturas elementares do parentesco, quem deu o passo decisivo para a desnaturalização da família ao retirar da família biológica o foco principal e voltar sua atenção para o sistema de parentes como um todo" (p.41). A família dissociou a imagem das famílias nucleares e tradicionais e passaram a ter uma visão mais ampla e diferente

diante da nova realidade social, onde os laços de parentesco não são mais os laços de consangüinidade e de descendência.

O conceito de família hoje está ligada aos indivíduos que vivem na mesma casa dividindo o mesmo espaço, dividindo também as alegrias e dificuldades.

De acordo com Salvador(1999), a família extensa refere-se aos lares em que convivem mais de um núcleo conjugal. Este tipo de convivência familiar era comum tanto nas famílias ricas como nas famílias pobres. Esta família extensa tinha como uma das funções cuidar dos bebês e dos idosos (1999). O Censo 2000 revelou que a típica família dos anos 60, com casal, três filhos e dois agregados, os avós ou tios, se reduziu quase à metade nas classes médias e alta.

A situação financeira definiu o número de filhos, dos casais atuais. Hoje o núcleo familiar esta constituído por um casal e dois filhos. Atualmente as creches assumem a função de cuidar da criança na ausência dos pais e, as casas de repouso ou asilos ficam com os mais velhos, sendo que muitos ainda preferem viver sozinhos.

Para Maisons-Laffitte citado por Ariès (1981), a família do século XVII começou a se organizar em torno da criança e ela passou a ter tal importância, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor. O pensamento da época fez com que estas famílias passassem a limitar o número de filhos para melhor cuidar deles. Hoje acontece o mesmo, em função dos problemas financeiros e do trabalho dos pais e conseqüentemente ausência deles do ambiente familiar, há uma acentuada diminuição no número de filhos. Essas famílias preferem ter um ou dois filhos, no máximo. Cresce assim o número de filhos únicos.

Esta mesma situação da falta de tempo das mulheres tem dado a alguns homens/pais a oportunidade de viver com seus filhos após a separação. Segundo o IBGE (2002), dois por cento dos pais brasileiros tem a guarda de seus filhos com o consentimento das mães e a participação de avós e/ou tias na educação deles.

O desejo de constituir uma família atualmente, leva muitas pessoas que não podem ter filhos à procura de técnicas de reprodução assistida beneficiando assim esses casais. Como consequência, o tratamento aumenta os índices de gestações múltiplas. As famílias que procuram esse recurso, vivem de forma diferente daquelas famílias que têm intervalos entre as gestações. São famílias que conseguem realizar o sonho de ter filhos apesar de todo o desgaste, tarefas e despesas que eles trazem.

Com o desenvolvimento das técnicas de reprodução assistida, aumenta a incidência de gestações múltiplas. O nascimento de trigêmeos e de outros múltiplos aumentou 344% desde 1980. Em 1997, nasceram sêxtuplos nos Estados Unidos e, no ano seguinte, um casal na Arábia Saudita também teve sêxtuplos (Jornal da família -28/07/2002 - p.8).

Cresce o número de casamentos informais, pessoas vivendo sozinhas, mães ou pais criando sozinhos seus filhos e uniões homossexuais. A problemática da família não é mais a separação dos pais, envolve outras temáticas do comportamento familiar. Como a adoção de filhos por casais homossexuais como noticia o jornal, são famílias nada convencionais.

Os homossexuais ganham o direito de adotar crianças no Estado do Rio, desde que a adoção seja feita por um deles e não pelo casal. As famílias de homossexuais estão se constituindo, mas como todo pioneirismo ainda resta enfrentar os conservadores a opinião dos

familiares e a reação das escolas (Jornal da família - 28/07/2002 – p.8).

O grande avanço científico que mudou a vida de milhares de pessoas e famílias em todo o mundo foi a descoberta, no final dos anos 90, do exame de paternidade. Isso revolucionou a vida de muitos casais e jovens, que puderam através desse exame, descobrir ou comprovar a paternidade ou maternidade de muitas crianças. Novas filiações e identidades comprovadas são apoiadas pela legislação brasileira e dão mais responsabilidades aos pais e alguns benefícios e segurança aos filhos.

CAPÍTULO III

CONVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS

3.1 As Funções da Família

As famílias devem estabelecer relações baseadas no respeito mútuo e no afeto; pois a elas cabe a função de educar que não é simplesmente transmitir valores mas uma relação de troca.

“Como sistema, a família tem as funções psicossociais de proteger os seus membros e de favorecer a sua adaptação à cultura à qual pertencem”, além da função de “oferecer cuidado e proteção às crianças, garantindo-lhes subsistência em condições dignas” (Cataldo, 1987, p.158).

A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescente (ABRAPIA) (1997), enfatiza o dever dos responsáveis de crianças e adolescentes, em cuidar das necessidades de alimentação, higiene, vestuário, lazer e escolarização. É também dever dar afeto e proteção para esta criança/adolescente. Quando os pais ou o responsável não cumpre as necessidades, a criança/adolescente têm sérias conseqüências no seu desenvolvimento. A falta de cuidados pode ocasionar vários problemas desde a depressão, o óbito prematuro ou até mesmo à delinqüência.

Aos pais cabem ensinar as regras de higiene e saúde para garantirem aos filhos uma vida saudável, condição essencial para o desenvolvimento físico e psíquico. Ao receberem esses cuidados os filhos se sentem bem tratados e também amados.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Art. 227 da Constituição Federal).

De acordo com Cataldo (1987), as famílias têm funções e responsabilidades relacionadas com os filhos, dentre elas, "dar suporte à evolução das crianças, controlá-las e ajudá-las no processo de escolarização e de instrução progressiva em outros âmbitos e instituições sociais".(p.159) Uma outra função da família consiste em orientar as crianças para que elas possam se tornar pessoas emocionalmente equilibradas, capazes de estabelecer vínculos afetivos satisfatórios e respeitosos com os outros e viver bem consigo mesmo.

Socializar os filhos e educá-los para a vida é uma tarefa essencial no relacionamento com os pais, sobretudo para a vida futura deles. Entretanto, a socialização deles não acontece apenas dentro da família, acontece simultaneamente na escola e na prática religiosa.

Uma outra função da família é dar o exemplo através de atitudes e na transmissão de valores morais, pois os filhos se espelham nos exemplos dados pelos pais. Essa é uma condição essencial para a formação da criança.

Se no século XVII brincava-se de cavalo de pau imitando o mundo dos adultos, hoje brinca-se de carrinhos, caminhões e aviões. As meninas, que antes imitavam suas mães nas tarefas domésticas e brincavam de panelinhas, hoje preferem os brinquedos como maquiagens, unhas postiças e telefones celulares. Elas reproduzem nas brincadeiras, o que vivem no cotidiano.

As crianças do século XXI se vestem como se fossem adultos. As meninas imitam as mães e querem o que aparece na mídia, roupas colantes e muitas vezes sensuais. Os meninos usam roupas folgadas como se fossem emprestadas do irmão mais velho. A maioria das crianças não se vestem como crianças, a infância está desaparecendo também na forma de se vestir.

É através do exercício das funções familiares que as aprendizagens acontecem. Essas aprendizagens envolvem a forma como os pais exercem as responsabilidades na educação dos filhos e nas relações de afeto entre cada membro.

Nesses contextos, as crianças podem experimentar com os objetos e com as pessoas; participam em acontecimentos e em situações rotineira e também novas; as suas atuações são, às vezes, censuradas e, às vezes, reconhecidas e celebradas; vêem os outros atuarem, os imitam e recebem a sua ajuda, de modo que podem progredir no domínio de novos âmbitos de atuação (Salvador, 1999, p.160).

O bom convívio entre irmãos sempre foi um desafio para os pais, pois essa relação envolve entre outras coisas os limites, os valores e os hábitos que os pais estabelecem na dinâmica familiar e essa convivência pode proporcionar inúmeras trocas entre eles.

De acordo com Salvador (1999), "existem trabalhos que tratam de como a ordem do nascimento de irmãos, o número de irmãos, o sexo, entre outros, influem no comportamento" (p.162).

Para Cataldo (1997), as relações entre irmãos permitem inúmeras aprendizagens. Mesmo que cada caso seja diferente, são situações potencialmente educativas. As relações entre irmãos é um sistema de relação amplo que trata as dificuldades que as crianças e os adultos experimentam para manejar situações de ciúmes e de rivalidade. Em cada família isso se manifesta de forma diversa, conforme as experiências dos pais e suas habilidades de estabelecer limites, de mostrar afeto, se comunicar e dialogar com os filhos.

Os adultos também aprendem na convivência familiar, com o casamento formam-se os primeiros integrantes de uma nova família, o casal. Quando um homem e uma mulher se unem, uma relação de convívio se inicia com novas aprendizagens entre os adultos dentro do novo contexto familiar. Segundo Salvador (1999), "Uma aprendizagem que podemos resumir na negociação, na cooperação, na possibilidade de compartilhar objetos e projetos e na capacidade para preservar a própria identidade como pessoa individual"(p.163).

Quando o casal, dentro dos seus projetos, resolvem ter filhos, ele inicia uma aprendizagem que só a prática e a vivência podem lhe trazer, pois maneira como criar os filhos não se aprende, só tornando-se pais e tendo os seus próprios filhos.

3.2 A Ausência dos Pais e dos Limites no Contexto Familiar

O comportamento usual das famílias tradicionais no passado era impor a disciplina às crianças através de castigos corporais e de limites rigorosos estabelecidos pelos pais. Até mesmo as escolas reproduziam isso quando castigavam seus alunos com o uso da palmatória, por exemplo.

Conforme Tiba (1996), enquanto o homem trabalhava, a mulher cuidava do lar e da educação dos filhos. Quando os filhos desobedeciam a mãe, ela ameaçava castigá-los com a chegada do pai do trabalho. Esse comportamento materno criava, para os filhos, a figura de um pai distante, ameaçador e punitivo. "Com voz grossa, paciência curta e mão pesada, os pais mais adestravam que educavam os filhos. Se essa tivesse sido uma boa educação, estes saberiam como educar os seus próprios filhos" (p.64).

Como resultado, esse tipo de educação para muitos filhos gerou revolta e o desejo de ser diferente quando tivessem seus próprios filhos. Se tornariam pais carinhosos, afetivos, aberto a conversas e amigo.

Foi com essa educação recebida no passado, que surgiu, nos últimos tempos, a geração de pais permissivos. Para Steinberg (1999), "é o culto ao que ele chama de permissividade ideológica, conceito segundo o qual é melhor ser amigo do filho do que ditador" (p.108).

Esses pais permissivos dividem seus temores e problemas com os filhos, da mesma forma que faria com um amigo. Para Horn (1999), que incentiva à paternidade consciente, alerta os pais: "Parem de pensar que vocês são um amigo dos seus filhos. Ser pai ou mãe significa estabelecer limites e impor regras" Revista Seleções (p.109)

Esse conflito de gerações faz com que eles se percam muitas vezes com relação ao seu próprio comportamento quando educam seus filhos. Para Steinberg (1999), "é comum os pais permissivos se tornarem autoritários de repente. O resultado dessa intervenção é uma criança ressentida e confusa" (p.108).

Um outro fator que interfere na disciplina das famílias contemporâneas, é a falta de tempo das pessoas. São pessoas extremamente ocupadas com o trabalho e com diversas atividades. O cotidiano estressante principalmente nas grandes cidades somados a falta de tempo, têm sido um dos problemas que atinge diretamente a convivência familiar.

Outra dificuldade é a falta de disciplina e limites entre crianças e adolescentes e que, atualmente envolve a ausência dos pais na vida dos filhos, e os conflitos entre a educação que esses pais tiveram e aquela que gostariam de dar aos seus filhos.

De acordo Zagury (2000), a presença dos pais na vida dos filhos é extremamente importante, no entanto, muitas famílias costumam confundir a liberdade com abandono. É muito comum os pais não terem a menor idéia do que se passa com os seus filhos a maior parte do tempo. É essa a maior dificuldade para os jovens na relação familiar, a falta de afeto que se manifesta no "desligamento", na ausência física e na falta de atenção dos pais sobre a vida deles.

Para Steinberg (1999), "deixar os filhos em casa sozinhos é um problema enorme, na verdade pesquisas mostram que as crianças "largadas" têm maior probabilidade de se envolver com fumo, drogas, bebidas alcólicas, e sexo do que as supervisionadas" (p.109).

De acordo com Tiba (1996), os jovens se queixam constantemente das imposições de valores e comportamentos, que os pais lhes exigem. Essa situação de conflito de gerações sempre aconteceu e continua acontecendo. Por isso, as discussões e desavenças fazem parte da rotina e é um aspecto normal na convivência entre eles.

Para muitos jovens a capacidade de diálogo é maior na relação entre mãe e filhos. Um dos conflitos entre os jovens e os pais, é o desejo de mudanças nas relações de educação, sobretudo com o pai. Para eles, os pais exercem uma relação de autoritarismo e não de autoridade.

A necessidade de diálogo, a relação afetiva e o companheirismo são essenciais no convívio familiar. Com a jornada de trabalho que hoje os pais têm, e a maioria deles trabalha cerca de dez, doze horas por dia e quase não sobra tempo para ver o filho que por sua vez, passa a maior parte do tempo na escola.

A escola portanto teve que assumir, pelo menos parcialmente, o papel da família sob pena de ter o trabalho educacional comprometido. Como a família tem uma relação direta e cotidiana com o trabalho do educador, é essencial que se construa uma parceria entre elas. Zagury (2002).

A ausência dos pais pode gerar para os filhos dificuldades de concentração e atenção na sala de aula. Com repercussão no comportamento de forma geral.

Entretanto quando as crianças podem passar mais tempo com os pais elas , normalmente se ajustam melhor as situações do dia-a-dia, pois se sentem orientadas e principalmente seguras.

Isso mostra uma das várias necessidades que os filhos têm de acolhimento e de proteção por parte dos pais.

3.3 A Importância da Auto - Estima

A questão da auto-estima nos últimos tempos têm sido uma das grandes preocupações na área da Educação, pois é um aspecto fundamental na formação da criança e na vida do adulto.

A auto-estima é o conceito que a pessoa tem de si próprio. De acordo com Zagury (2002), "a auto-estima (auto-imagem ou amor-próprio) é a forma pela qual o indivíduo percebe seu próprio eu. É o sentimento de aceitação ou de rejeição da sua maneira de ser" (p.217).

O indivíduo que tem auto-estima valoriza suas características de forma positiva. Entretanto, o indivíduo que tem baixa auto-estima se desvaloriza e não se aceita. É uma pessoa que se vê de forma negativa.

De acordo Zagury (2002), a pessoa que tem baixa auto-estima tem maiores possibilidades de ter problemas na vida profissional, de ter insucesso nos estudos e no relacionamento com as pessoas. Por isso, a auto-estima tem sido um aspecto importante na educação, devido aos problemas que ela pode acarretar ao indivíduo.

Dessa forma, se hoje um risco para os adolescentes é o envolvimento com drogas e álcool aquele que se sente rejeitado é mais suscetível de serem manipulado e ceder mais facilmente à pressões de pessoas do seu convívio, ou de algum grupo a que pertença, tornando-se presas fáceis aos outros.

A baixa auto-estima faz com que essas pessoas se sintam inseguras e valorizam mais o outro do que a si mesmas.

Para Smith (2001), “a frustração por sua incapacidade de relacionar-se positivamente com os companheiros pode ter um efeito corrosivo sobre sua auto-estima” (p.202). A solidão dessas pessoas só agravam o problema de relacionamento que gera depressão e carência.

O uso habitual de álcool e outras drogas também pode embotar a dor da solidão e oferecer uma fuga de outras realidades incômodas. A busca por “amor” pode levar à promiscuidade sexual entre adolescentes com baixa auto-estima; algumas meninas nesse grupo realmente esperam ficar grávidas, acreditando que um bebê oferecerá o foco para uma existência sem sentido e preencherá seus anseios por alguém para amar e para ser seu (Smith e Strick, 2001, p.206).

A formação da auto-estima se dá basicamente dentro do convívio familiar. É decisivo para a construção de uma auto-estima positiva ou negativa a forma como se dão as relações familiares .

A auto-estima se torna positiva quando as virtudes da criança são realçadas e vivenciadas na sua plenitude. E negativa, quando não se acredita na capacidade e potencial da criança.

A família, principalmente os pais devem ter o cuidado com as palavras que usam e com as atitudes que têm, pois está sob a responsabilidade deles a formação desse conceito podendo beneficiar ou prejudicar seus filhos.

Para os pais terem atitudes positivas sobre seus filhos, segundo Zagury (2002), é importante respeitar a dignidade da criança; descobrir e ressaltar as qualidades e o valor que ela tem; confiar no que a criança fala, pois a desconfiança provoca o sentimento de desconfiança consigo mesmo e elas pensam: “se meus pais não confiam em mim , porque eu confiaria ?” Não criar expectativas exageradas que a criança não se sinta segura para realizá-las. E o mais importante, separar o ato do

autor, ou seja, "as censuras devem dirigir ao fato concreto e não à personalidade ou as característica da pessoa" (Zagury, 2002.p.222).

Segundo uma pesquisa feita por Coopersmith (1967), crianças em idade escolar, com auto-estima positiva provinham de famílias em que os pais também tinham auto estima positiva e em que os filhos eram tratados como indivíduos responsáveis.

As mães de crianças com alta auto-estima eram mais receptivas e mais positivas com relação aos filhos, eram mais afetuosas e tendiam mais a elogiar os filhos por suas realizações. Estavam interessadas nos filhos e demonstravam isso, esperando que os filhos tivessem opiniões próprias e manifestassem sua opinião aos outros (Bee, 1986,p.442).

Para Zagury (2002), a baixa auto-estima é um problema existente na vida de muitas pessoas, mas não é um problema impossível de ser tratada, ela pode ser revertida quando a criança têm respeito, afeto e carinho.

De acordo com Bee (1986), "a auto-estima está profundamente enraizada em suas experiências com a família" (p 442).Os pais das crianças com auto-estima positiva sabem definir os limites e a disciplina no comportamento dos filhos, além de serem extremamente amorosos com eles.

Enfim, o desenvolvimento da auto-estima positiva só é possível com a participação efetiva da família na vida da criança. Uma família que dê limites, disciplina e amor aos seus filhos, para que se tornem cidadãos felizes e bem educados.

CONCLUSÃO

No período medieval o único sentimento de ordem familiar era a linhagem, que se enfraqueceu com a chegada do sentimento da criança e da família. Portanto, compreender a origem desses sentimentos possibilita uma visão da evolução da família de ontem para as famílias atuais.

Durante muito tempo a criança foi ignorada. Isso acontecia com as crianças do período medieval, como o infanticídio, a falta de inocência das amas para com os pequenos, e a saída do filho aos sete anos para se tornar um aprendiz, evidenciavam esse total desconhecimento sobre a infância. Hoje, essas práticas medievais causam espanto aos valores e a moral das famílias contemporâneas. Naquela época a família não transmitia valores nem conhecimentos necessários para um desenvolvimento saudável da criança. Não havia essa preocupação.

Entretanto muitas mudanças aconteceram, evitou-se desde a presença nociva dos criados na educação das crianças, a ausência da privacidade entre os casais até a estrutura das casas se modificaram com o sentimento da infância. As pessoas se conscientizaram da inocência, da fragilidade das mesmas e passaram a respeitar a individualidade infantil.

Como consequência também do sentimento da infância e da família, surge a necessidade da vida privada, que abriu espaço para a reforma dos costumes e a reorganização da estrutura da casa. Ela deixou de ser uma casa desorganizada para se tornar um lar, onde os pais passaram a cuidar dos seus próprios filhos. Com a aproximação da família da criança, substituiu-se a aprendizagem pela escola. Nesse momento, a criança passou a ter uma real importância na vida das famílias. E isso se mostra mais intenso a cada dia.

A introdução da higiene sanitária na vida familiar, foi um momento de profundas mudanças na organização das normas de conduta das pessoas. Dentre elas, a valorização da presença da mulher em casa como uma forma de trazer o marido para o convívio familiar. O casamento teve novas condições assim como o cuidado com o corpo e a educação sexual. Em uma época a mulher foi dominada pelo machismo, marcada pelo preconceito, vista como indolente, preguiçosa e inferior ao homem.

As famílias tradicionais passam a cumprir com suas funções, estabelecidas pelas normas de conduta da época, dentre elas, a estabilidade econômica, a transmissão de base religiosa, moral, higiênica, educacional e profissional.

Muitas mudanças aconteceram na estrutura da família ao longo da sua história. No início patriarcais, passando para a nuclear burguesa, tradicional, até chegar na família contemporânea onde a mulher revela seu importante e determinante papel. A partir desse momento, a sociedade nunca mais foi igual. A mulher com suas conquistas revolucionou a estrutura familiar que existia dentro dos padrões das famílias tradicionais.

Os problemas existentes na economia mundial, o desemprego e a miséria de muitas famílias levaram a mulher ao mundo do trabalho. Aquela mulher que ficava em casa já quase não existe mais, assim como aquele homem autoritário e dominador também está mudando.

O homem sofreu e ainda sofre o impacto das mudanças que aconteceram em tão pouco tempo decorrentes dessa nova mulher. Continua quase que por aguardar passivamente o desenrolar dessas alterações pois na maioria das vezes eles não sabem lidar com o novo papel. Mesmo assim, surge então o homem moderno suprimindo no lar os espaços deixados pela mulher em sua nova escalada. Ele assume

muitas vezes, papéis que eram predominantemente femininos como cuidar do bebê e das crianças, fazer compras e alguns dos afazeres domésticos.

As mulheres que trabalham fora têm sobre elas uma enorme exigência para dar conta da família e da sociedade que espera que elas continuem cuidando da casa, do marido, dos filhos e também do trabalho com muita perfeição.

Um grande problema da atualidade é a ausência dos pais na vida dos filhos, que é consequência da falta de tempo em função do trabalho de ambos. Mães e pais por se sentirem ausentes na vida dos filhos acabam tentando suprir a carência deles através de compensações, uma atitude que além de não resolver o problema agrava ainda mais.

Dentre os desafios das famílias contemporâneas está a dificuldade em exercer e cumprir as funções familiares como proteger, socializar e ajudar na escolarização e orientar na transmissão de valores.

Na vida cotidiana de qualquer família combinam-se traços de harmonia e de conflito, de entendimento e de discórdia. O que difere entre elas é o modo de lidar com estes conflitos. As crianças e os jovens dos diversos grupos, regiões do país e classes sociais têm a família como a referência mais forte entre as suas relações sociais. Para muitos jovens a família mantém-se como o lugar onde se aprendem os valores éticos, os padrões de julgamento, um ambiente portanto importante no exercício da solidariedade e da educação de seus integrantes.

Um dos aspectos mais relevantes para o desenvolvimento dos valores dos filhos é a auto-estima. Ela somente é adquirida através da convivência da criança com a família que pode ser tanto uma auto – estima positiva ou negativa.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelas famílias durante a sua jornada de estruturação até hoje, constatamos que progredimos, pois passamos do poder arbitrário dos mais velhos para uma liberdade maior para os jovens. Passamos de casamentos convencionais resultantes de interesse, de alianças, para uniões baseadas numa escolha afetiva. Ultrapassamos barreiras de classe e raça para um sistema mais aberto de relacionamento interpessoal. Saímos da condição de submissão das mulheres para uma relação de maior companheirismo na busca de uma relação mais igualitária. Deixamos a opressão das emoções das crianças para a compreensão dos impulsos infantis.

O desejo de amor e proteção, afinidade e proximidade é comum no ser humano, um desejo que aparece sob uma forma idealizada, quando não se consegue realizar tais sentimentos. O modelo ideal de família na imaginação das pessoas é o modelo da família burguesa, mesmo para aqueles que tiveram experiências familiares desastrosas ou nem mesmo viveram uma convivência familiar. Parece que tendemos a buscar uma família ideal, aquela que desejamos e nem sempre tivemos. Essa busca nos faz procurar agir sempre de uma forma melhor em cada geração.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRÁPIA, Autores e Agentes e Associados. *Maus – Tratos Contra Crianças e Adolescentes : Guia de Orientação para Profissionais de Saúde*. Rio de Janeiro, Impresso na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BEE, Helen Mitchele Sandra. *A pessoa em desenvolvimento*. São Paulo, Editora Harbra, 1986.

BITTENCOURT, In REVISTA PSI JORNAL DE PSICOLOGIA CRP São Paulo, Maio/Junho 2001.(p.14).

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org). *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: Cortez,1997

COSTA, Jurandir Freire, *Ordem Médica e Norma Familiar* .Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999

DEIRÓ, M. L. C. *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*. São Paulo: Moraes,1978

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975

GOMES, Isabel Cristina, *O Sintoma da Criança e a Dinâmica do Casal*, São Paulo: Editora Escuta, 1998

GOMES, Jerusa Vieira. Família: Cotidiano e luta pela sobrevivência. In Carvalho, Maria do Carmo Brant de (org). *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: Cortez,1997 (p.61 a 71)

HORN, In REVISTA SELEÇÕES, Rio de Janeiro, Outubro 1999.(p.109).

JORNAL O GLOBO. (Jornal da família), Rio de Janeiro, 28 jul. 2002.

PRADO, Danda , *O que é família?* São Paulo, Brasiliense, 1981.

REVISTA ELOS DO GRUPO FRB-PAR. Fundação Ruben Berta. Ano I, nº5 - março 2001.

REVISTA ELOS DO GRUPO FRB-PAR. Fundação Ruben Berta. Ano II, nº17 - março 2002.

REVISTA ÉPOCA. Rio de Janeiro, nº 250, 3 mar. 2003.

REVISTA PSI JORNAL DE PSICOLOGIA CRP São Paulo, Maio/Junho 2001.

REVISTA SELEÇÕES, Rio de Janeiro, Outubro 1999, (p. 08).

RICHETTI, In DEIRÓ, M. L. C. *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*. São Paulo: Moraes,1978

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e Poder na Família. In Carvalho, Maria do Carmo Brant de (org). *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo. Cortez,1997. (p.73 a 88).

ROSENBERG In REVISTA PSI JORNAL DE PSICOLOGIA CRP São Paulo, Maio/Junho 2001.

SALVADOR, César Coll. *Psicologia da Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999

SARTI, Cynthia A. Família e individualidade: um problema moderno In Carvalho, Maria do Carmo Brant de (org). *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: Cortez, 1997 (p.39 a 49).

SMITH, Corine e STRICK, Lisa. *Dificuldades de Aprendizagem de A a Z* : Um guia completo para pais e educadores. São Paulo: Art Med, 2001.

STEINBERG, In REVISTA SELEÇÕES, Rio de Janeiro, Outubro 1999, (p.108).

SZYMANSK, Heloísa. Teorias e "teorias" de famílias. In Carvalho, Maria do Carmo Brant de (org). *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: Cortez, 1997 (p.23 a 27).

TIBA, Içami. *Disciplina, limite na medida certa*. São Paulo: Gente, 1996.

ZAGURY, Tânia. *Escola sem Conflito: Parceria com os pais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ZANOTTA, In REVISTA PSI JORNAL DE PSICOLOGIA CRP São Paulo, Maio/Junho 2001.

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
PROFESSORA: GUARACIRA GOUVÊA DE SOUSA

DISCIPLINA MONOGRAFIA II – 2003/1

Ficha de Registro de notas

Aluno: Virgínia Ciarlina Zelgado de Sousa
Título da Monografia: Famílias - um espaço de convivência

professor	nome	nota	assinatura
orientador	Maura Angélica Monteiros Correia	10,0	Maura Monteiros Correia
leitor	Luís de Stello e Souza Lehmann	20,0	L. Lehmann
disciplina	Guaracira Gouvêa de Sousa	10,0	Guaracira G. de Sou.

Entregue em: 04/Ago/2003

Assinatura prof/orientador: Maura Monteiros Correia

Assinatura prof/disciplina: GG